

Presidente aprova orçamento

26 AGO 1989

**João Batista de Abreu
"recebeu essa garantia
do presidente e avisou:
vai cortar 1% do PIB"**

BRASÍLIA — O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, disse ontem à noite que o presidente José Sarney aprovou a proposta orçamentária levada a ele na semana passada. A informação foi dada depois de Abreu reunir-se com o presidente, no Palácio do Planalto. O ministro garantiu que não vai abrir mão dos limites de gastos impostos a cada ministério. "Venho dormin-

do da mesma forma que dormia quando era um mero funcionário público", disse. "Não me afasto das minhas convicções." E reafirmou: o corte será mesmo de 1% do PIB. "Estamos utilizando cegamente os critérios de cortes definidos na última reunião ministerial, o resto é intriga", afirmou, ao rebater as acusações de que o sacrifício maior é dos programas sociais.

Enquanto elabora o documento final a ser levado na segunda-feira ao presidente José Sarney, o ministro do Planejamento experimenta reações variadas no Ministério. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, disse aceitar sua cota de sacrifício "como um exemplo ao País". Moreira Lima disse que

importantes projetos de pesquisa e desenvolvimento em São José dos Campos, na área da indústria Aeronáutica, ficarão nas pranchetas. "A gente tem que ser disciplinado."

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse: "Recebemos a nossa parcela convictos de que não poderia ser maior". O ministro da Marinha, Henrique Sabóia, afirmou que todos os projetos de sua pasta serão atingidos, mas adiantou que algumas prioridades serão mantidas, como a continuidade do projeto de construção de quatro submarinos.

ELEIÇÕES

O Tribunal Superior Eleitoral

está em situação especial. Ele precisa de verbas adicionais de Czs 5,54 bilhões para as eleições. O presidente do TSE, Oscar Corrêa, foi claro: "Se houver cortes, não haverá eleições e tem que haver eleições para que não haja cortes".

Apenas quatro governadores compareceram à reunião de ontem em Brasília, marcada para se definir a linha de ação contra os cortes: Alvaro Dias, do Paraná; Jerônimo Santana, de Rondônia; Carlos Bezerra, de Mato Grosso; e Amazonino Mendes, do Amazonas. Decidiram pressionar o Legislativo para impedir que o orçamento torne impossível a administração dos Estados.